



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

REUNIÃO : (x) Ordinária Nº 748/2023
DECISÃO : Nº 464/2023 - CEEC - CREA-PI
REFERÊNCIA : PRO- 62487755/2023
ASSUNTO : REGISTRO PROFISSIONAL”
INTERESSADO : LEIA GONÇALVES DE OLIVEIRA

EMENTA: *Defere o pleito,.*

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – Crea-PI, reunida nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 46 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; apreciando a solicitação de inclusão de título protocolada sob o nº PRO-62487755/2023; considerando que o processo de registro em análise encontra-se formalizado de conformidade com as disposições do § 1º, inciso I do art. 4º da Resolução nº 1007, De 05 de dezembro de 2003, do Confea – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, que “dispõe sobre o registro de profissional, aprova o modelo e critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências”, atendendo pois, aos requisitos legais, exceto no tocante ao cadastro do curso neste Crea; considerando que o Setor de Cadastro deste Regional informa que a instituição e o curso não têm cadastro naquele Crea; considerando o Processo Nº 0804470-48.2019.4.05.8100S, Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região, Seção Judiciária do Ceará - 10ª Vara, trata de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal em face do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará – Crea-CE; considerando o relatório e voto fundamentado do conselheiro relator, DECIDIU, por unanimidade, **DEFERIR** o pleito, com as atribuições iniciais e genéricas estão inseridas nos art. 3º e 4º, combinados com o art. 5º do Decreto Federal nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, alterado pelo decreto nº 4.560, de 30 de novembro de 2002 (circunscritas ao âmbito de formação do técnico em segurança do trabalho) Coordenou a sessão o SenhoPr Coordenador, Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Engenheiros Civis: JOÃO JOSÉ DA LUZ, JOYCE MEDEIROS DE BRITO COUTINHO, JUAN RODRIGUES REINALDO, JÚLIO RODRIGUES DE BRITO FILHO, LEONARDO BORGES MOURA, SAARA JULIANNE DA R. SILVA, LUIZ HENRIQUE PEREIRA FACCHINETTI e OLIVAN ARAÚJO GONSALVES.

Cientifique-se e cumpra-se

Teresina, 10 de JULHO de 2023.

Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA
Coordenador CEEC/CREA-PI





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

REUNIÃO : (x) Ordinária Nº 748/2023
DECISÃO : Nº 465/2023 – CEEC – CREA-PI
REFERÊNCIA : PRO- 62486261/2023
ASSUNTO : INCLUSÃO DE TÍTULO
(especialização) em Engenharia de Estruturas de Concreto Armado
INTERESSADO : ROMÁRIO VILA NOVA SANTANA

EMENTA: *Defere o pleito, sem extensão de atribuição*

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – Crea-PI, reunida nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 46 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; apreciando a solicitação de inclusão de título protocolada sob o nº PRO-62486261/2023; considerando que o profissional, colocou grau em 20.1.2021, registrou-se em 10.2.2021 e tem suas atribuições: ART. 7º DA LEI FEDERAL Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966, E ART. 7º COMBINADO COM ART. 25 DA RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973, DO CONFEA (CONSOLIDADAS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 1.048, DE 14 DE AGOSTO DE 2013, DO CONFEA; considerando que em consulta realizada ao Crea-ES pelo Setor de Registro e Cadastro do Crea-PI veio a informação que a Instituição está cadastrada, mas o curso em tela, não; considerando o Processo Nº 0804470-48.2019.4.05.8100S, Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região, Seção Judiciária do Ceará - 10ª Vara, trata de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal em face do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará – Crea-CE; considerando o relatório e voto fundamentado do conselheiro relator, DECIDIU, por unanimidade, **DEFERIR** o pleito, sem extensão de atribuição. Coordenou a sessão o Senhor Coordenador, Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Engenheiros Civis: JOÃO JOSÉ DA LUZ, JOYCE MEDEIROS DE BRITO COUTINHO, JUAN RODRIGUES PEINALDO, JÚLIO RODRIGUES DE BRITO FILHO, LEONARDO BORGES MOURA, SAARA JULIANNE DA R. SILVA, LUIZ HENRIQUE PEREIRA FACCHINETTI e OLIVAN ARAÚJO GONSALVES.

Cientifique-se e cumpra-se

Teresina, 10 de JULHO de 2023.

Eng. Civ. **FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA**
Coordenador CEEC/CREA-PI





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

REUNIÃO : (x) Ordinária Nº 748/2023
DECISÃO : Nº 466/2023 – CEEC – CREA-PI
REFERÊNCIA : PRO- 62485677/2023
ASSUNTO : INCLUSÃO DE TÍTULO
(especialização)em Meio Ambiente e Saneamento Básico,
INTERESSADO : REBECA DOS SANTOS RODRIGUES

EMENTA: *Defere o pleito, sem extensão de atribuição*

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – Crea-PI, reunida nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 46 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; apreciando a solicitação de inclusão de título protocolada sob o nº PRO-62485677/2023; Considerando o que diz a Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, do Confea: "Regulamenta a atribuição de títulos, atividades profissionais, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia" e nos seus arts. 3º, incisos e parágrafos e art. 5º; Considerando que a requerente colou grau em 29.3.2021, registrou-se em 12.4.2021 e tem suas atribuições no ART. 7º DA LEI FEDERAL Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966, E ART. 7º COMBINADO COM ART. 25 DA RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973, DO CONFEA (CONSOLIDADAS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 1.048, DE 14 DE AGOSTO DE 2013, DO CONFEA); Considerando o que diz a Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, do Confea, "Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia" e o que diz no seu art. 3º, incisos e parágrafos e no seu art. 5º; Considerando também o que diz o art. 7º e seu § 1º da Resolução nº 1.073, do Confea; Considerando que conforme consulta ao CREA-RJ, a instituição de ensino Centro Universitário União das Américas Descomplica-RJ se encontra cadastrada junto àquele Conselho Regional, mas não o curso de pós-graduação lato sensu denominado Meio Ambiente e Saneamento Básico por ela ministrado; Considerando que o curso de pós-graduação lato sensu denominado Meio Ambiente e Saneamento Básico não está cadastrado no Regional do CREA - RJ conforme determina a Resolução 1.073/2016 Art. 3º parágrafo 1º ; considerando o Processo Nº 0804470-48.2019.4.05.8100S, Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região, Seção Judiciária do Ceará - 10ª Vara, trata de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal em face do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará – Crea-CE; considerando o relatório e voto fundamentado do conselheiro relator, DECIDIU, por





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

unanimidade, **DEFERIR** o pleito, sem extensão de atribuição. Coordenou a sessão o Senhor Coordenador, Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Engenheiros Cíveis: JOÃO JOSÉ DA LUZ, JOYCE MEDEIROS DE BRITO COUTINHO, JUAN RODRIGUES REINALDO, JÚLIO RODRIGUES DE BRITO FILHO, LEONARDO BORGES MOURA, SAARA JULIANNE DA R. SILVA, LUIZ HENRIQUE PEREIRA FACCHINETTI e OLIVAN ARAÚJO GONSALVES.

Cientifique-se e cumpra-se

Teresina, 10 de JULHO de 2023.

Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA
Coordenador CEEC/CREA-PI





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

REUNIÃO : (x) Ordinária Nº 748/2023
DECISÃO : Nº 467/2023 – CEEC – CREA-PI
REFERÊNCIA : PRO- 1009197/2023
ASSUNTO : INCLUSÃO DE TÍTULO

INTERESSADO : DEBORAH CAMPOS DE MOURA SANTOS

EMENTA: *Defere o pleito, sem extensão de atribuição*

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – Crea-PI, reunida nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 46 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; apreciando a solicitação de inclusão de título protocolada sob o nº PRO-01009197/2023; Considerando o que diz a Resolução n.º 1.073, de 19 de abril de 2016, do Confea: "Regulamenta a atribuição de títulos, atividades profissionais, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia" e nos seus arts. 3º, incisos e parágrafos e art. 5º; Considerando que a profissional, formada em 25/01/2021, registrada neste Regional em 24/03/2021, tem suas atribuições concedidas pelo art. 7º da Lei n.º 5.194/66, e a relação de atividades contidas no art. 7º combinado com o art. 25 da Resolução nº 218, de 1973, consolidadas conforme a Resolução n.º 1.048/2013, ambas do Confea; considerando as informações da Divisão de Registro e Cadastro - DRC do Crea PI, que em contato com o Crea-SP, o mesmo informou que a universidade está devidamente cadastrada, porém, não foi localizado no banco de dados o cadastro do curso; considerando o Processo Nº 0804470-48.2019.4.05.8100S, Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região, Seção Judiciária do Ceará - 10ª Vara, trata de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal em face do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará – Crea-CE; considerando o relatório e voto fundamentado do conselheiro relator, DECIDIU, por unanimidade, **DEFERIR** o pleito, sem extensão de atribuição. Coordenou a sessão o Senhor Coordenador, Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Engenheiros Civis: JOÃO JOSÉ DA LUZ, JOYCE MEDEIROS DE BRITO COUTINHO, JUAN RODRIGUES REINALDO, JÚLIO RODRIGUES DE BRITO FILHO, LEONARDO BORGES MOURA, SAARA JULIANNE DA R. SILVA, LUIZ HENRIQUE PEREIRA FACCHINETTI e OLIVAN ARAÚJO GONSALVES.

Cientifique-se e cumpra-se

Teresina, 10 de JULHO de 2023.

Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA
Coordenador CEEC/CREA-PI





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

REUNIÃO : (x) Ordinária Nº 748/2023
DECISÃO : Nº 470/2023 – CEEC – CREA-PI
REFERÊNCIA : PROC. Nº SRN-01000334/2019 infração: Art. 16, da Lei 5.194/66
EMPRESA EXECUTA OBRA/SERVIÇO SEM PLACA DE IDENTIFICAÇÃO
ASSUNTO : JULGAMENTO À REVELIA
INTERESSADO : DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CREA - PI

EMENTA: *Decurso de prazo recursal. Julgamento à revelia: Processo SRN-01000334/19 – CLEITON DIAS DOS SANTOS – EPP LTDA. – Determina o Arquivamento do Processo por ter exaurida sua finalidade, visto que o interessado sanou o fato gerador da infração em epígrafe.*

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – Crea-PI, reunida nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 46 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, apreciando a solicitação da Divisão de Fiscalização do Crea-PI, que trata do pedido de julgamento à revelia: CLEITON DIAS DOS SANTOS – EPP LTDA., que foi autuado(a) pela fiscalização do Crea-PI, Processo SRN-01000334/19 por infringência às disposições do art. 16 da Lei Federal nº 5.194/66 uma vez que ficou constatado a FALTA DE PLACA NA OBRA/SERVIÇO, e considerando as disposições dos arts. 45, 46, alíneas “a” e “c”, 71, alínea “c” e 73 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; considerando as disposições do art. 3º da Lei Federal nº 6.496/1977; considerando as disposições do Parágrafo único do art. 10 da Resolução nº 1.008, de 9 de dezembro de 2004, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea; considerando as disposições do art. 20 da Resolução nº 1.008/2004 do Confea; considerando que as informações contidas no auto de infração atendem às disposições dos arts. 10 e 11 da Resolução nº 1.008/2004 do Confea; considerando que não houve a interposição de recurso no prazo legal estabelecido em face da penalidade que foi imputada à pessoa física/jurídica no processo de infração SRN-01000334/19; considerando que ficou assim caracterizado o decurso do prazo recursal; considerando o art. 58 da Res. 1008/04-CONFEEA; considerando o disposto no art. 5º da Res. 1008/04-CONFEEA; considerando que o autuado sanou o fato gerador da infração e pagando a multa no dia 30 de janeiro de 2020; considerando o relatório e voto fundamentado do conselheiro relator, **DECIDIU: 1. Julgar à revelia CLEITON DIAS DOS SANTOS – EPP LTDA., autuado(a) através do processo de infração SRN-01000334/19. 2) Arquivar o processo, por ter exaurida sua finalidade, visto, que o interessado sanou o fato gerador do Auto de Infração em epígrafe.** Coordenou a sessão o Senhor Coordenador Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Engenheiros Cíveis: JOÃO






SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

JOSÉ DA LUZ, JOYCE MEDEIROS DE BRITO COUTINHO, JUAN RODRIGUES REINALDO, JÚLIO RODRIGUES DE BRITO FILHO, LEONARDO BORGES MOURA, SAARA JULIANNE DA R. SILVA, LUIZ HENRIQUE PEREIRA FACCHINETTI, OLIVAN ARAÚJO GONÇALVES.

Cientifique-se e cumpra-se

Teresina, 10 de julho de 2023.


Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA
Coordenador CEEC/CREA-PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

REUNIÃO : (x) Ordinária Nº 748/2023
DECISÃO : Nº 471/2023 – CEEC – CREA-PI
REFERÊNCIA : PROC. Nº SRN-01000554/2016 infração: Art. 1º, da Lei 6.496/77
FALTA DE ART. DE CONTRATO DE OBRA/SERVIÇO
ASSUNTO : RECURSO
INTERESSADO : EVERALDO JÚNIOR CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP

EMENTA: *Indefere o Pleito e mantém o auto de infração de nº SRN-01000554/2016, no seu Valor Integral.*

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – Crea-PI, reunida nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 46 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, apreciando o recurso protocolado pela empresa EVERALDO JÚNIOR CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP, que foi autuado(a) pela fiscalização do Crea-PI, Processo SRN-01000554/2016 por infringência às disposições do art. 1º, da Lei Federal nº 6.496/77 uma vez que ficou constatada a FALTA DE ART. DE CONTRATO DE OBRA/SERVIÇO, e considerando as disposições dos arts. 45, 46, alíneas “a” e “c”, 71, alínea “c” e 73 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; considerando as disposições do art. 3º da Lei Federal nº 6.496/1977; considerando as disposições do Parágrafo único do art. 10 da Resolução nº 1.008, de 9 de dezembro de 2004, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea; considerando as disposições do art. 20 da Resolução nº 1.008/2004 do Confea; considerando que as informações contidas no auto de infração atendem às disposições dos arts. 10 e 11 da Resolução nº 1.008/2004 do Confea; considerando o art. 58 da Res. 1008/04-CONFEEA; considerando o disposto no art. 5º da Res. 1008/04-CONFEEA; considerando a Res. 1008/04-CONFEEA, Art. 11º - “§ 2º Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais”; considerando as disposições do Art. 28, § 1º da Resolução 1025/09 do CONFEEA; considerando a análise da defesa observamos que a atividade referente ao Contrato nº 0410/2016, objeto da autuação, não foi registrada corretamente, não ocorrendo, desse modo, a regularização do fato gerador da multa, tendo em vista que a ART nº 00005002625605013817 apresentada pela defesa está registrada como pessoa física, não constando o nome da empresa (pessoa jurídica)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

contratada; considerando o relatório e voto fundamentado do conselheiro relator, **DECIDIU: 1. Indeferir o Pleito 2. Aplicar penalidade** nos termos em que foi lavrado, com multa no Valor **Integral**, com suas devidas atualizações, por infringência às disposições do art. 1º da Lei Federal nº 6496/77, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases seguintes, para o que será notificada a cumprir os prazos dos atos processuais subsequentes. Coordenou a sessão o Senhor Coordenador Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Engenheiros Civis: JOÃO JOSÉ DA LUZ, JOYCE MEDEIROS DE BRITO COUTINHO, JUAN RODRIGUES REINALDO, JÚLIO RODRIGUES DE BRITO FILHO, LEONARDO BORGES MOURA, SAARA JULIANNE DA R. SILVA, LUIZ HENRIQUE PEREIRA FACCHINETTI, OLIVAN ARAÚJO GONÇALVES.

Cientifique-se e cumpra-se

Teresina, 10 de julho de 2023.

Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA
Coordenador CEEC/CREA-PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

REUNIÃO : (x) Ordinária Nº 748/2023
DECISÃO : Nº 472/2023 – CEEC – CREA-PI
REFERÊNCIA : PROC. Nº THE-01001315/2017 infração: Art. 6º, alínea “h” da Lei 5.194/66
PROFISSIONAL QUE EXÔRBITA AS ATRIBUIÇÕES DO SEU REGISTRO
ASSUNTO : RECURSO
INTERESSADO : LUCIANO GIL MENDES COELHO.

EMENTA: *Indefere o Pleito e mantém o auto de infração de nº THE-01001315/2017, no seu Valor Integral.*

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – Crea-PI, reunida nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 46 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, apreciando o recurso protocolado pelo profissional LUCIANO GIL MENDES COELHO, que foi autuado(a) pela fiscalização do Crea-PI, Processo THE-010001315/2017 por infringência às disposições do art. 6º, alínea “h” da Lei Federal nº 5.194/66 uma vez que ficou constatada PROF. QUE EXÔRBITA DAS SUAS ATRIBUIÇÕES; considerando que o profissional executou serviços de manutenção de poços tubulares no Município de Vila Nova do Piauí – PI; e considerando as disposições dos arts. 45, 46, alíneas “a” e “c”, 71, alínea “c” e 73 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; considerando as disposições do art. 3º da Lei Federal nº 6.496/1977; considerando as disposições do Parágrafo único do art. 10 da Resolução nº 1.008, de 9 de dezembro de 2004, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea; considerando as disposições do art. 20 da Resolução nº 1.008/2004 do Confea; considerando que as informações contidas no auto de infração atendem às disposições dos arts. 10 e 11 da Resolução nº 1.008/2004 do Confea; considerando o art. 58 da Res. 1008/04-CONFEA; considerando o disposto no art. 5º da Res. 1008/04-CONFEA; considerando a Res. 1008/04-CONFEA, Art. 11º - “§ 2º Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais”; considerando as disposições do Art. 28, § 1º da Resolução 1025/09 do CONFEA; considerando que a autuada entrou com defesa afirmando que não teria registrado a ART e não teria efetuado o pagamento da mesma; considerando que a ART nº 00019064752295123017 foi registrada e paga, conforme consulta no setor responsável; considerando o relatório e voto fundamentado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

do conselheiro relator, **DECIDIU: 1. Indeferir o Pleito 2. Aplicar penalidade** nos termos em que foi lavrado, com multa no Valor **Integral**, com suas devidas atualizações, por infringência às disposições do art. 6º alínea “h” da Lei Federal nº 5.194/66, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases seguintes, para o quê será notificada a cumprir os prazos dos atos processuais subsequentes. Coordenou a sessão o Senhor Coordenador Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Engenheiros Civis: JOÃO JOSÉ DA LUZ, JOYCE MEDEIROS DE BRITO COUTINHO, JUAN RODRIGUES REINALDO, JÚLIO RODRIGUES DE BRITO FILHO, LEONARDO BORGES MOURA, SAARA JULIANNE DA R. SILVA, LUIZ HENRIQUE PEREIRA FACCHINETTI, OLIVAN ARAÚJO GONÇALVES.

Cientifique-se e cumpra-se

Teresina, 10 de julho de 2023.

Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA
Coordenador CEEC/CREA-PI





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

REUNIÃO : (x) Ordinária Nº 748/2023
DECISÃO : Nº 473/2023 – CEEC – CREA-PI
REFERÊNCIA : PROC. Nº THE-01000853/2019 infração: Art. 16, da Lei 5.194/66
FALTA DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO
ASSUNTO : RECURSO
INTERESSADO : PROJECTS CONSTRUTORA LTDA. - ME.

EMENTA: *Indefere o Pleito e mantém o auto de infração de nº THE-01000853/2019, no seu Valor Mínimo.*

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – Crea-PI, reunida nesta data, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 46 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, apreciando o recurso protocolado pelo profissional PROJECTS CONSTRUTORA LTDA. - ME, que foi autuado(a) pela fiscalização do Crea-PI, Processo THE-01000853/2019 por infringência às disposições do art. 16, da Lei Federal nº 5.194/66 uma vez que ficou constatada FALTA DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO, quando o profissional executava serviços de uma obra residencial de 96,12m²; e considerando as disposições dos arts. 45, 46, alíneas “a” e “c”, 71, alínea “c” e 73 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; considerando as disposições do art. 3º da Lei Federal nº 6.496/1977; considerando as disposições do Parágrafo único do art. 10 da Resolução nº 1.008, de 9 de dezembro de 2004, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea; considerando as disposições do art. 20 da Resolução nº 1.008/2004 do Confea; considerando que as informações contidas no auto de infração atendem às disposições dos arts. 10 e 11 da Resolução nº 1.008/2004 do Confea; considerando o art. 58 da Res. 1008/04-CONFEEA; considerando o disposto no art. 5º da Res. 1008/04-CONFEEA; considerando a Res. 1008/04-CONFEEA, Art. 11º - “§ 2º Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais”; considerando as disposições do Art. 28, § 1º da Resolução 1025/09 do CONFEEA; considerando que o autuado entrou com defesa alegando que a obra estava sem a placa de identificação porque não tinha sido iniciado a obra; considerando que o fiscal fotografou in loco no início da obra sem a placa de identificação; considerando que foi colocado a placa e sanado o fato gerador; considerando o relatório e voto fundamentado do





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

conselheiro relator, **DECIDIU: 1. Indeferir o Pleito 2. Aplicar penalidade** nos termos em que foi lavrado, com multa no Valor **Mínimo**, com suas devidas atualizações, por infringência às disposições do art. 16 da Lei Federal nº 5.194/66, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases seguintes, para o quê será notificada a cumprir os prazos dos atos processuais subsequentes. Coordenou a sessão o Senhor Coordenador Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Engenheiros Civis: JOÃO JOSÉ DA LUZ, JOYCE MEDEIROS DE BRITO COUTINHO, JUAN RODRIGUES REINALDO, JÚLIO RODRIGUES DE BRITO FILHO, LEONARDO BORGES MOURA, SAARA JULIANNE DA R. SILVA, LUIZ HENRIQUE PEREIRA FACCHINETTI, OLIVAN ARAÚJO GONÇALVES.

Cientifique-se e cumpra-se

Teresina, 10 de julho de 2023.

Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA
Coordenador CEEC/CREA-PI





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

REUNIÃO : (x) Ordinária Nº 748/2023
DECISÃO : Nº 474/2023 – CEEC – CREA-PI
REFERÊNCIA : PROC. Nº PRO-01012004/2023
ASSUNTO : CAT ON LINE COM REGISTRO DE ATESTADO
INTERESSADO : JOÃO MARCUS VIEIRA DE ARAÚJO

EMENTA: Indefere o pedido da certidão de acervo técnico referente ao protocolo PRO-01012004/2023.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – Crea-PI, reunida nesta data e no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 46 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, apreciando o processo nº PRO-01012004/23 que trata da solicitação de CAT, em nome do Eng. Civil João Marcus Vieira de Araújo, registro Crea nº 0717533930, referente a uma Construção residencial na Cidade de São Raimundo Nonato do Piauí, com área de 278,00 m²; considerando que se trata de um RAT e não CAT, foi verificado possível exorbitância na parte elétrica, onde o mesmo executa poste em DT, verificamos também que o contrato é extemporâneo, a obra iniciou em 20.03.2002 e concluída em 20.12.2022, o contrato é de 10.03.2023, além do mais não há fotos da obra e demais atos necessários para melhor embasamento; considerando que se trata de um RAT e não de uma CAT; considerando que o Contrato é extemporâneo; considerando que não há atos que comprovem com clareza a execução da obra; considerando o relatório e voto fundamentado do Conselheiro Relator. **DECIDIU** por unanimidade: **1) Indeferir o pleito, protocolada sob o nº PRO-01012004/2023.** Coordenou a sessão o Senhor Coordenador, Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Engenheiros Civis: JOÃO JOSÉ DA LUZ, JOYCE MEDEIROS DE BRITO COUTINHO, JUAN RODRIGUES REINALDO, JÚLIO RODRIGUES DE BRITO FILHO, LEONARDO BORGES MOURA, SAARA JULIANNE DA R. SILVA, LUIZ HENRIQUE PEREIRA FACCHINETTI, OLIVAN ARAÚJO GONÇALVES.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

Cientifique-se e cumpra-se

Teresina, 10 de julho de 2023.

Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA
Coordenador CPEC/CREA-PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

REUNIÃO : (x) Ordinária Nº 748/2023
DECISÃO : Nº 474/2023 – CEEC – CREA-PI
REFERÊNCIA : PROC. Nº PRO-01012004/2023
ASSUNTO : CAT ON LINE COM REGISTRO DE ATESTADO
INTERESSADO : JOÃO MARCUS VIEIRA DE ARAÚJO

EMENTA: Indefere o pedido da certidão de acervo técnico referente ao protocolo PRO-01012004/2023.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – Crea-PI, reunida nesta data e no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 46 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, apreciando o processo nº PRO-01012004/23 que trata da solicitação de CAT, em nome do Eng. Civil João Marcus Vieira de Araújo, registro Crea nº.0717533930, referente a uma Construção residencial na Cidade de São Raimundo Nonato do Piauí, com área de 278,00 m²; considerando que se trata de um RAT e não CAT, foi verificado possível exorbitância na parte elétrica, onde o mesmo executa poste em DT, verificamos também que o contrato é extemporâneo, a obra iniciou em 20.03.2002 e concluída em 20.12.2022, o contrato é de 10.03.2023, além do mais não há fotos da obra e demais atos necessários para melhor embasamento; considerando que se trata de um RAT e não de uma CAT; considerando que o Contrato é extemporâneo; considerando que não há atos que comprovem com clareza a execução da obra; considerando o relatório e voto fundamentado do Conselheiro Relator. **DECIDIU** por unanimidade: **1) Indeferir o pleito, protocolada sob o nº PRO-01012004/2023.** Coordenou a sessão o Senhor Coordenador, Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Engenheiros Cíveis: JOÃO JOSÉ DA LUZ, JOYCE MEDEIROS DE BRITO COUTINHO, JUAN RODRIGUES REINALDO, JÚLIO RODRIGUES DE BRITO FILHO, LEONARDO BORGES MOURA, SAARA JULIANNE DA R. SILVA, LUIZ HENRIQUE PEREIRA FACCHINETTI, OLIVAN ARAÚJO GONÇALVES.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ – CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

Cientifique-se e cumpra-se

Teresina, 10 de julho de 2023.

Eng. Civ. **FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA**
Coordenador CEEC/CREA-PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ - CREA-PI
DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL

REUNIÃO : (x) Ordinária Nº 748/2023
DECISÃO : Nº 478/2023 - CEEC - CREA-PI
REFERÊNCIA : PROC. Nº PRO-62482046/2023
ASSUNTO : CAT ON LINE COM REGISTRO DE ATESTADO
INTERESSADO : LUIZ EDUARDO CUNHA DE AGUIAR

EMENTA: *Deferir a CAT, referente ao processo nº PRO-62482046/23.*

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí - Crea-PI, reunida nesta data e no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 46 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, apreciando o processo nº PRO-62482046/23 que trata da solicitação de CAT com Registro de Atestado das ARTs nº 1920220072239, em nome do eng. civil Luiz Eduardo Cunha de Aguiar, e a ART da equipe nº 1920220072502; considerando que o processo está devidamente comprovado a sua efetiva participação na obra, tanto com a emissão da ART como também o atestado de recebimento da obra; considerando o Parecer do Conselheiro Relator. **DECIDIU** por unanimidade: **Deferir o pleito, protocolada sob o nº PRO-62482046/2023.** Coordenou a sessão o Senhor Coordenador Adjunto Eng. Civ. FRANK PESSOA AVELINO. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Engenheiros Civis: : JOÃO JOSÉ DA LUZ, JOYCE MEDEIROS DE BRITO COUTINHO, JUAN RODRIGUES REINALDO, JÚLIO RODRIGUES DE BRITO FILHO, LEONARDO BORGES MOURA, SAARA JULIANNE DA R. SILVA, LUIZ HENRIQUE PEREIRA FACCHINETTI, OLIVAN ARAÚJO GONÇALVES.

Cientifique-se e cumpra-se

Teresina, 10 de julho de 2023.

Eng. Civ. FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA
Coordenador CEEC/CREA-PI